

ECONOMIA EM LIÇÕES DO DIA A DIA

Amos

Economia em lições do dia a dia

Copyright © 2026 Actual

Actual é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 CÁSSIO DA NÓBREGA BESARRIA

ISBN: 978-85-62937-50-7

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823e

Besarría, Cássio da Nóbrega.

Economia em lições do dia a dia: Do Bolso às Políticas Públicas / Cássio da Nóbrega Besarría. – Rio de Janeiro : Grupo Editorial Alta Books, 2026. 104 p. : il. ; 16 x 23 cm

ISBN 978-85-62937-50-7

1. Economia – aspectos cotidianos. 2. Finanças pessoais. 3. Política econômica. 4. Educação financeira. 5. Inflação. 6. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDD: 330

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia (330)

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra foi formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Produtor Editorial: Ellen Mendes



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



CÁSSIO DA NÓBREGA BESARRIA

ECONOMIA EM LIÇÕES DO DIA A DIA

DO BOLSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS



Amostra

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
APRESENTAÇÃO	3
1. INFLAÇÃO: DE DRAGÃO A GATO DOMÉSTICO	8
2. TAXA DE JUROS: USURPAÇÃO OU OPORTUNIDADE?	13
3. DEUS, POR QUE VOCÊ CRIOU A TAXA DE CÂMBIO?	19
4. A DEMOCRACIA PIX	24
5. INCERTEZA ECONÔMICA E O CUSTO BRASIL	29
6. REGRAS VERSUS DISCRICIONARIEDADE	34
7. O QUE É O PIB?	39
8. DÍVIDA PÚBLICA E O FLERTE COM O PERIGO	45
9. ESTRUTURA DE INCENTIVOS	50
10. A ECONOMIA E O NOVO MUNDO	56
11. TARIFAS E A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL	64
12. MAMÃE, QUANDO VOU CRESCER?	69
13. TODO LINGUARUDO DEVERIA SER GESTOR PÚBLICO UM DIA (OU NÃO)	75
14. VOCÊ AGORA É O GESTOR	82
AGRADECIMENTOS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

Amostra

PREFÁCIO

Economia é um tema complexo, que aparece todos os dias nos jornais e outras mídias, com interpretações variadas sobre os mesmos fenômenos. Nesse “mar” de informações em temas complexos, é fácil ficar perdido. Esta obra faz um tema complexo ser entendido de forma didática a partir das habilidades do Prof. Cássio Besarria que foram desenvolvidas a partir de uma formação acadêmica sólida, em diálogos constantes com a imprensa, na sala de aula, na elaboração de artigos acadêmicos e ao longo de toda a sua trajetória profissional.

Os textos reunidos aqui demonstram que é possível tratar de inflação, juros, câmbio e crescimento econômico com linguagem direta, exemplos precisos e apoio em dados. Cada capítulo parte de situações concretas e as reconecta aos mecanismos econômicos que operam por trás das manchetes. O Prof. Cássio Besarria também faz o uso de analogias perspicazes para o melhor entendimento do tema, como do “dragão” inflacionário que marcou a história brasileira e que se converteu em um “gato doméstico”, mas que exige vigilância para que não fique muito tempo fora de casa.

A explicação do PIB potencial ganha força a partir de uma analogia simples e ao mesmo tempo arguta: a capacidade máxima de carga de um caminhão. Quando o veículo é sobrecarregado, aumentam os riscos de acidentes, a depreciação das peças e os custos de manutenção; da mesma forma que uma economia operando acima do seu potencial enfrenta gargalos produtivos, pressões salariais e inflação.

Outro mérito da obra está no cuidado em discutir a coerência das políticas econômicas. Ao tratar da interação entre política monetária e fiscal, evidencia como políticas econômicas contraditórias aumentam os custos de ajuste e comprometem sua eficácia. Da mesma forma, a análise das políticas de crédito e endividamento centra-se em elementos cruciais como incentivos, desenho institucional e educação financeira.

Este é, portanto, um livro para diferentes públicos. Para o público geral, oferece uma porta de entrada acessível e didática; para jornalistas e formadores de opinião, uma caixa de ferramentas conceituais; para gestores e interessados em políticas públicas, um mapa para navegar entre objetivos, restrições e evidências. Em tempos de muitas informações de qualidade duvidosa, sua maior contribuição é trazer à

conversa aquilo que a boa economia sempre buscou: clareza; uso da teoria; e base em evidências empíricas.

O resultado é um convite generoso e oportuno: aprender economia sem medo, com textos que começam em “causos” pessoais, passam pelo apoio dos dados e se acomodam na boa teoria, sempre com a didática como prioridade.

Boa leitura!

— Luciano Nakabashi

Ex-presidente da ANPEC e Professor de Economia da FEA-RP/USP

Amostra

APRESENTAÇÃO

Desde 2020, venho sendo frequentemente consultado pela imprensa local (estado da Paraíba) e nacional para contribuir com análises e comentários sobre temas econômicos diversos, abrangendo desde a interpretação de dados conjunturais até a avaliação de políticas públicas. Nesse contexto, um dos principais desafios tem sido conciliar o rigor técnico das análises com uma linguagem acessível, que evite o uso excessivo de jargões econômicos e privilegie a clareza, a didática e a comunicação com públicos mais amplos.

Acredito que venho atendendo a esse requisito, visto que mantenho uma coluna semanal sobre economia na rádio CBN, embora reconheça que atuar como comunicador é desafiador e que toda entrevista carrega algum grau de imprevisibilidade.

Essa vivência nos veículos de comunicação gerou uma motivação adicional: produzir um livro que apresentasse as principais pautas econômicas em uma linguagem acessível, livre de termos excessivamente técnicos e alinhada aos diferentes públicos. É muito comum surgir a pergunta: o que você acha do desempenho da economia no momento? Costumo responder a esse questionamento com outra pergunta: teremos quanto tempo de conversa? Ao término da leitura do livro, será possível perceber que a resposta para essa pergunta leva mais tempo do que o imaginado pelo interlocutor.

Falar de economia envolve conceitos históricos, matemáticos, estatísticos e de teoria econômica, que nem sempre podem ser tratados em pautas separadas. Cada noticiário sobre mudanças nas taxas de juros pode ser interpretado de diversas formas, e seus efeitos são variados, afetando desde o comportamento da taxa de câmbio e a tomada de decisão sobre investimentos até a inflação. Isso significa que, quando alguém pergunta sobre o desempenho da economia, a resposta envolve uma análise detalhada de múltiplos fatores integrados e interdependentes.

Tenho uma carreira já consolidada como professor, e é possível que meus alunos se surpreendam ao ler este livro, considerando que as disciplinas que ministro possuem uma forte carga matemática, somada a uma dose de estatística e teoria econômica. Ao longo do livro, esses elementos não estarão presentes, e abrir mão dessas ferramentas foi um exercício desafiador para mim.

À medida que o leitor avançar pelos capítulos, perceberá que os textos seguem um roteiro comum que, muitas vezes, parte de um “causo” de natureza pessoal, passa pelo suporte dos dados e se alinha a diferentes pontos de vista da teoria econômica, sempre tendo a didática como prioridade.

Para os leitores mais motivados, não será difícil perceber que já existem diversos livros técnicos que abordam, com o devido rigor teórico, temas que também serão tratados neste livro, tais como: inflação, taxas de juros, câmbio, PIB e dívida pública. Faço questão de referenciar essa literatura e espero que mais pessoas se sintam motivadas a conhecer a teoria econômica.

O primeiro capítulo do livro trata de um dos problemas mais antigos da economia brasileira, a inflação. Nele, mencionarei o conceito, os impactos e o histórico de alguns planos criados com o propósito de combater esse mal.

No capítulo 2 serão descritos os efeitos do chamado remédio amargo usado pela economia brasileira para controlar a inflação: a taxa de juros. Vamos ver de que forma os juros influenciam as escolhas de famílias, empresas e outros agentes, os riscos envolvidos na busca por crédito e também as oportunidades de investimento quando as taxas estão em alta.

Na sequência, será apresentada uma análise da importância da taxa de câmbio na economia brasileira desde o Plano Real, destacando sua função no controle da inflação, na abertura comercial e nos diferentes regimes cambiais adotados. Mostra como a valorização ou desvalorização do real impacta exportadores, importadores e consumidores, com exemplos práticos que vão do preço do feijão à produção de pão e derivados do petróleo.

Ao relacionar vivências pessoais, crises internacionais e efeitos sobre diversos agentes econômicos, reforça-se que a taxa de câmbio é um elemento central e imprevisível da economia, sintetizada na célebre frase popularizada por Edmar Bacha: “A taxa de câmbio foi inventada por Deus para humilhar os economistas”.

O capítulo 4 discute o Pix como marco da modernização e democratização do sistema financeiro brasileiro, destacando sua implantação no ano de 2020, no contexto da pandemia, e sua rápida adoção como meio de pagamento instantâneo, seguro e inclusivo. Mostra como o Pix superou limitações dos meios tradicionais (DOC, TED), ampliou o acesso em regiões sem agências bancárias, reduziu custos de transação, facilitou benefícios sociais e fomentou pequenos negócios, além de aumentar a rastreabilidade da renda e potencializar políticas públicas.

Apesar dos riscos associados a golpes digitais e da exclusão de parte da população sem acesso à internet, o Pix consolidou-se como o principal meio de pagamento no país, impactando desde autônomos até aposentados, e segue em expansão com inovações como o Pix automático e por aproximação.

O capítulo 5 irá ilustrar o conceito de incerteza, diferenciando-o do risco, e analisa seus efeitos sobre a economia. Mostra como a incerteza pode reduzir o consumo das famílias, frear investimentos empresariais, encarecer e restringir o crédito, provocar oscilações nos mercados financeiros, afetar a taxa de câmbio, pressionar

a inflação e exigir respostas da política monetária. Exemplos como a pandemia da Covid-19, a greve dos caminhoneiros e mudanças em tarifas internacionais ilustram sua manifestação em diferentes contextos. Por fim, o texto enfatiza a importância de marcos regulatórios claros, estabilidade institucional, segurança jurídica e comunicação adequada das autoridades para reduzir a incerteza e favorecer o desempenho econômico.

O capítulo seguinte trata do debate entre regras e discricionariedade na condução da política econômica, mostrando que regras aumentam previsibilidade, reduzem oportunismo e ajudam a ancorar expectativas, mas podem ser rígidas e limitar respostas a choques extremos. Exemplos incluem a adoção do teto de gastos (EC 95/2016) e a autonomia do Banco Central, ambos voltados a fortalecer credibilidade e estabilidade, embora sujeitos a limitações e falhas de comunicação.

O texto destaca a importância de regras fiscais e monetárias bem desenhadas, acompanhadas de comunicação clara e transparente, evitando sobreposição de normas e garantindo cláusulas de escape que permitam flexibilidade em situações excepcionais, como na pandemia da Covid-19.

O capítulo 7 apresenta a evolução histórica da atividade econômica, desde a Revolução Agrícola até a Revolução Industrial, destacando o surgimento da moeda, da contabilidade nacional e a consolidação do Produto Interno Bruto (PIB) como medida da produção e do bem-estar econômico. Explica os métodos de cálculo do PIB, a diferença entre PIB efetivo e potencial e seus reflexos na vida cotidiana, como no consumo, no emprego e nos salários.

Mostra ainda a importância do PIB para o reajuste do salário mínimo e seus impactos fiscais, bem como o papel das políticas monetária e fiscal na estabilização econômica, exemplificado pelas medidas adotadas no Brasil durante a crise de 2008. Por fim, ressalta que o desafio dessas políticas está em saber o momento certo de encerrar os estímulos, de modo a evitar distorções e pressões inflacionárias.

O capítulo 8 explica o conceito de dívida pública e ressalta que a sustentabilidade dela depende da relação entre a taxa de juros real e o crescimento econômico, e que a gestão adequada envolve a emissão de títulos com prazos diversificados e a credibilidade do governo perante os credores.

Apresenta dados históricos da dívida pública de diversos países, enfatizando os riscos associados a dívidas elevadas, concentração em títulos de curto prazo e baixa credibilidade fiscal, que podem gerar inflação, aumento dos juros e instabilidade econômica. Por fim, evidencia os avanços do Brasil em responsabilidade fiscal desde o Plano Real, bem como os desafios de equilibrar crescimento econômico, bem-estar social e manutenção de superávits primários para estabilizar a relação dívida/PIB.

O capítulo 9 ilustra como os indivíduos e instituições reagem a incentivos econômicos, sociais, morais e legais, relacionando exemplos do cotidiano, assimetrias de informação e risco moral com decisões de consumo, contratação de seguros e funcionamento de mercados imperfeitos.

Mostra que políticas públicas, quando bem desenhadas, podem modificar comportamentos, como na redução do consumo de cigarros no Brasil, mas, se mal estruturadas, podem gerar efeitos contrários aos esperados, como ocorreu com a Lei Guffey nos EUA, o tabelamento de preços no Brasil e a multa por atrasos em creches de Tel Aviv. Ao longo do texto, destaca-se que a compreensão das estruturas de incentivos é essencial para avaliar decisões individuais e coletivas, reduzir assimetrias de informação e promover resultados desejáveis em mercados privados e na formulação de políticas públicas.

O capítulo 10 traça um panorama histórico das inovações que transformaram a economia e a sociedade, desde a Revolução Agrícola até a atual Revolução Digital, ressaltando como cada avanço trouxe ganhos de produtividade, mas também desafios e rearranjos no mercado de trabalho.

A narrativa combina referências históricas, experiências pessoais e exemplos brasileiros, como a valorização da telefonia na década de 1990, para ilustrar o impacto das transformações tecnológicas no cotidiano. Destaca-se o papel acelerador da pandemia da Covid-19 na digitalização de processos, no teletrabalho e na educação, ao mesmo tempo em que emergem novos problemas, como a desigualdade digital.

Dentro do contexto atual, trago um capítulo sobre as tarifas impostas no comércio internacional e a nova ordem econômica mundial. Começo o texto tratando da criação dos órgãos internacionais, após a Segunda Guerra Mundial, que tinham como finalidade a minimização de conflitos internacionais. Em seguida, menciono autores que defendem o livre comércio e outros que argumentam que o governo deve adotar instrumentos de política comercial e proteger a indústria nacional por meio da imposição de tarifas. Finalizo o capítulo apresentando as possíveis implicações desse tipo de política.

O capítulo 12 utiliza a metáfora de um “biotônico do crescimento” para ilustrar que não existe fórmula mágica para o desenvolvimento econômico, destacando que o crescimento sustentável de um país depende de fatores estruturais e institucionais.

Apresenta conceitos fundamentais, como PIB per capita, distinções entre variações conjunturais e crescimento de longo prazo, além da importância do progresso tecnológico, acumulação de capital físico e humano, infraestrutura e inovação. A comparação entre Brasil e China evidencia que diferenças no desempenho econômico não se explicam por geografia, cultura ou ignorância, mas principalmente por instituições inclusivas que promovem direitos de propriedade, estabilidade jurídica e incentivos à inovação.

Os dois últimos capítulos relatam, de forma pessoal e detalhada, os desafios e aprendizados da gestão pública e acadêmica, enfatizando que assumir cargos de liderança envolve decisões complexas, responsabilidades legais e compromisso com a transparência e eficiência. A partir de experiências pessoais, o autor destaca a importância do planejamento, da comunicação clara, da proximidade com a equipe,

da adoção de boas práticas, da gestão de riscos, do relacionamento com órgãos de controle e da atenção às demandas da sociedade.

O maior propósito deste livro é estabelecer uma conexão entre o leitor não especializado em economia e os temas discutidos na academia, mostrando de que forma essas questões impactam as decisões cotidianas de famílias e gestores, por meio de capítulos curtos e uma linguagem não técnica.

Amostra

INFLAÇÃO: DE DRAGÃO A GATO DOMÉSTICO

O Brasil já foi conhecido como o país da inflação, e isso pode ser comprovado nos livros de história econômica e na vida das pessoas que acompanharam a implementação de vários planos econômicos fracassados — Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e Plano Collor (1990) —, todos com o objetivo comum de combater a inflação.

Durante a década de 1980, conhecida como a década perdida, e o início dos anos 1990, convivemos com as maiores taxas de inflação já registradas na economia brasileira. O símbolo do descontrole da inflação no Brasil era o Dragão da Inflação, uma referência ao tamanho do problema, a voracidade com que os preços subiam e a dificuldade de combatê-la.

O problema era tão grave que chegamos a ter uma inflação anual de 2.477,15%, em 1993. Do ponto de vista prático, ter uma inflação descontrolada implica na perda de poder de compra da moeda, dificuldade de formalização e execução de contratos, aumento das desigualdades sociais, dificuldade de realizar planejamento orçamentário, entre outros problemas.

Romantizando o tema, a inflação é como uma ampulheta monetária, na qual acompanhamos a perda da principal função da moeda, que é a reserva de valor, a cada instante, ou como um processo ilusório, em que você vê o dinheiro à sua frente, mas não consegue garantir que hoje, com a mesma quantidade de dinheiro, você irá conseguir comprar a mesma quantidade de bens que comprou no dia anterior.

Por exemplo, ao vender dez laranjas hoje, seria natural supor que, no curto prazo, o valor obtido permitiria recomprar a mesma quantidade de frutas. No entanto, em contextos inflacionários acentuados, essa equivalência se perde: o valor recebido hoje não garante o mesmo poder de compra amanhã.

Em um outro contexto, imagine que você vá até a padaria mais próxima da sua casa comprar 10 (dez) pães por R\$ 1,00. Isso significa que cada pão custa R\$ 0,10. No dia seguinte, você vai até a mesma padaria, com a mesma quantidade de dinheiro, e pede a mesma quantidade de pães do dia anterior. Para sua surpresa, ao chegar ao caixa, percebe que os pães agora custam R\$ 2,00, ou seja, o preço unitário do pão

passou de R\$ 0,10 para R\$ 0,20, representando um aumento de 100% no preço do item.

Você fica chateado com o aumento nos preços e decide não comprar os pães, optando por pesquisar em outras padarias próximas (mapear a concorrência). Para sua surpresa, o aumento nos preços dos pães foi generalizado e não se limitou à padaria que você costuma frequentar. Em suma, restam duas opções: comprar menos pães com a mesma quantidade de dinheiro (R\$ 1,00) ou adquirir a mesma quantidade de pães, dobrando o custo de aquisição.

Esse exemplo trata exclusivamente de um único item. Consegue imaginar os efeitos desse aumento de preços ocorrendo de forma simultânea em outros itens, como queijo, manteiga, leite e café? Esse é o conceito tradicional de inflação encontrado nos livros-texto, que representa o aumento generalizado dos preços de bens e serviços.

A ilustração apresentada anteriormente traduz um dos efeitos da inflação, mas além das consequências negativas da inflação, no Brasil, tínhamos os mecanismos de combate conflituosos. Em certo momento, tínhamos os planos ortodoxos voltados para a redução do déficit público, por meio da redução do desequilíbrio fiscal e da redução da emissão de moeda.

Por outro lado, tínhamos os planos heterodoxos, que se opunham aos cortes de gastos e argumentavam que o aumento do crescimento econômico melhoraria as condições fiscais. Sem falar nas políticas de controles de preços que geravam distorções, filas, conflitos e mercados paralelos para a compra de produtos como o leite. A título de registro, nesse período, ambos foram postos em prática e ambos falharam. Como ressaltou Franco (2024) [15]:

“Nenhum país teve tantas moedas destruídas, tantos zeros cortados, desvalorizações, transferências de renda forçadas, nem tanto imposto inflacionário e turbulência financeira, devida e indevida, inclusive em nome do combate à inflação. Talvez nenhum outro país tenha experimentado tamanho sofrimento, nem se sujeitado a tanta desigualdade causada pela inflação. Inclusive deixando-se enganar sobre a origem dessas aflições, ou parecendo acreditar que o vício não fazia mal à saúde.”

Foi com a implementação do Plano Real que o controle da inflação chegou. Grande parte do sucesso do Plano Real no combate à inflação se deveu aos avanços no processo de abertura comercial, acomodação dos preços relativos a partir da adoção da Unidade Real de Valor (URV), adoção de uma âncora cambial como referência para as expectativas, reservas cambiais suficientes para dar estabilidade à âncora cambial, elevadas taxas de juros e à redução dos subsídios econômicos.

Mesmo após o controle da inflação, é importante ressaltar que o aumento dos preços ao longo dos anos é algo esperado, impulsionado por diversos fatores, como reajustes salariais, restrições comerciais, quebras de safras e condições econômicas adversas. De forma ilustrativa, entre 1995 e 2024, a inflação acumulada no Brasil foi de 598,5%, o que significa que o poder de compra de R\$ 1,00 em 1995 equivalia a apenas R\$ 0,16 em 2024.

Para você, leitor, que costuma questionar os dados oficiais da inflação e sente que eles não refletem sua realidade, vale uma explicação adicional sobre como esses números são calculados. Vamos entender melhor como funciona o cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula o IPCA desde 1980 e o índice leva em consideração o consumo das famílias residentes em áreas urbanas com rendimento monetário compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais. De modo geral, o IPCA pode ser decomposto em 9 (nove) grupos (Alimentação e bebidas, Habitação, Transporte, Saúde e cuidados pessoais, Educação, Vestuário, Comunicação e Despesas pessoais), subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços.

Cada grupo desses tem um peso diferente no momento do cálculo do IPCA, conforme a importância relativa de cada grupo no orçamento das famílias brasileiras. Por exemplo, alimentação, transporte e habitação possuem peso maior que vestuário e comunicação. O ponto em discussão aqui é: Por que o IPCA pode parecer diferente da inflação do meu dia a dia? Para ilustrar essa distinção entre a estrutura de consumo da família e o valor do IPCA, vou recorrer ao desmembramento do índice.

Vamos analisar a seguinte situação: o preço da gasolina aumentou 10% em determinado mês, mas o IPCA apresentou alta de apenas 0,6%. Isso pode parecer contraditório à primeira vista, mas tem uma explicação bastante simples.

A gasolina é apenas um dos muitos produtos e serviços que compõem o IPCA. Mais especificamente, o preço da gasolina está localizado na seguinte estrutura hierárquica do índice:

1. Índice geral – Grupo 5: Transportes

2. Subgrupo 51: Transportes

3. Item 5104: Combustíveis (veículos)

4. Subitem 5104001: Gasolina

Mesmo que a gasolina tenha aumentado 10%, o seu peso dentro do IPCA é limitado e individualmente nenhum bem ou serviço será capaz de causar grande impacto no índice geral. Além disso, os demais itens que compõem o índice,

como alimentos, habitação, saúde, educação, entre outros, podem ter tido variações pequenas ou até mesmo reduções de preço no mesmo período, diminuindo ainda mais o efeito do aumento do preço da gasolina.

Como o IPCA representa uma média ponderada de centenas de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras, o aumento expressivo de um único item não é suficiente, por si só, para causar uma alta proporcional no índice geral. Isso evidencia a importância de entender não apenas a variação de preços, mas também os pesos relativos de cada item na composição do índice.

Dada essa explicação, qual seria, então, um nível de inflação tolerável? Para evitar que os aumentos de preços saiam do controle, o Brasil implementou, em 1999, o regime de metas de inflação. Nesse sistema, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por definir a meta de inflação para cada ano, ancorando as expectativas dos agentes econômicos, dando transparência às decisões e estabelecendo limites desejáveis para a variação dos preços. Cabe ao Banco Central, por meio da taxa Selic como principal instrumento de política monetária, o papel de adotar as medidas necessárias, contracionistas ou expansionistas, para garantir que a inflação permaneça dentro da meta estabelecida.

Quando a inflação está acima (abaixo) da meta, o Banco Central acaba atuando por meio de aumentos (reduções) na taxa de juros. Observando os dados históricos, percebe-se que, em 26 anos do regime de metas, a taxa de inflação ficou fora dos limites estabelecidos em oito ocasiões, sendo elas: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021, 2022 e 2024. Entre essas ocorrências, a única vez que o valor da taxa de inflação ficou abaixo do limite inferior da meta foi no ano de 2017.

É nesse ponto que chegamos ao nosso segundo personagem: o gato doméstico.

A analogia se deve ao fato de que, ocasionalmente, o gato muitas vezes foge de casa, conhece a vizinhança, mas logo retorna ao lar. Da mesma forma, a inflação brasileira, em alguns momentos, ultrapassa os limites estabelecidos pelo Banco Central, mas, em períodos subsequentes, tende a retornar ao intervalo tolerável.

O fato de a inflação ter retornado, historicamente, para o limite estabelecido pelo CMN não quer dizer que devemos deixar de ser vigilantes ao desalinhado dos preços no Brasil. Quanto maior a estabilidade preços, menor é a necessidade de submeter o paciente Brasil ao remédio amargo chamado de aumento de juros, gerando efeitos contracionistas na economia (redução de investimento, desaquece a economia, aumento da inadimplência e possibilidade de aumentar o desemprego).

Além disso, é preciso que as políticas monetária e fiscal sejam coordenadas, evitando o efeito conhecido como enxugar de gelo. De um lado temos uma política monetária focada no controle da inflação e de outro temos uma política fiscal expansionista, podendo ser a causadora da inflação. Nesse sentido, a independência do Banco Central passa a ter um papel importante para que o conselho de política monetária possa atuar de forma isenta e independente dos ciclos políticos.

Lembrando que um dos objetivos do Banco Central é assegurar a estabilidade e o poder de compra da moeda nacional. O mais importante é que superamos o período

do dragão da inflação e hoje somos considerados, quando o tema é inflação, um gato doméstico. Só precisamos ficar vigilantes para que o gato não fique cada vez mais encorajado e passe a percorrer distâncias cada vez maiores, retardando a volta para casa.

Amostra